



BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO — 156\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo carimbo a óleo ou selo branco.

O preço dos anúncios é de 1200\$ a lauda. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

O mínimo de cobrança pela inserção no Boletim Oficial de qualquer anúncio ou outro assunto sujeito a pagamento é de 600\$.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

Os demais actos referente à publicação no Boletim Oficial estão regulamentados pelo Decreto n.º 74/92, publicado no Suplemento ao Boletim Oficial n.º 26/92, de 30 de Junho.

ASSINATURAS

Para o país:			Para países de expressão portuguesa:		
	Ano	Semestre	Ano	Semestre	
I Série	2 300\$00	1 700\$00	I Série	3 000\$00	2 400\$00
II Série.....	1 500\$00	900\$00	II Série.....	2 000\$00	1 700\$00
I e II Séries	3 100\$00	2 000\$00	I e II Séries	3 800\$00	2 500\$00
AVULSO por cada página ..		6\$00			

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

SUMÁRIO

Chefia do Governo:

Direcção dos Serviços de Administração.

Ministério da Coordenação Económica:

Direcção de Administração.

Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades:

Direcção de Administração.

Instituto de Apoio ao Emigrante.

Ministério da Educação, Ciência e Cultura:

Direcção de Administração.

Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar.

Ministério da Saúde e Promoção Social:

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração.

Instituto Caboverdiano de Menores.

Tribunal de Contas.

Município do Tarrafal:

Câmara Municipal.

Município do Porto Novo:

Câmara Municipal.

Avisos e anúncios oficiais.

Anúncios judiciais e outros.

Contas e Balancetes.

CHEFIA DO GOVERNO

GABINETE DO MINISTRO-ADJUNTO DO PRIMEIRO-MINISTRO

Direcção dos Serviços de Administração

Despacho-conjunto de S. Ex.ªs o Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro e o Secretário de Estado das Finanças:

De 14 de Julho de 1997:

Maria Filomena Monteiro Semedo Ribeiro, escriturária-dactilógrafa, referência 2, escalão E, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Trabalho, reclassificada ao abrigo do artigo 12.º da Lei n.º 16/IV/96 de 30 de Dezembro e dos artigos 21.º e 22.º do Decreto-Lei n.º 87/92, a técnica profissional, referência 8, escalão B, e colocada na Direcção dos Serviços da Administração-Geral do Gabinete do Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, código 1.2 do orçamento vigente.

Direcção dos Serviços da Administração do Gabinete do Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro, 21 de Agosto de 1997. — O Director de Serviços, José Silva Ferreira.

—o—

MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA

Direcção de Administração

Despacho de S. Ex.ª o Ministro da Coordenação Económica:

De 5 de Junho de 1997:

Adriano Alfredo Brazão de Almeida, inspector aduaneiro, referência 14, escalão B, do quadro técnico Aduaneiro da Direcção-Geral

das Alfândega da Praia, afectado temporariamente para prestar serviço na Direcção-Geral das Alfândegas da Praia, com efeitos a partir do fim da comissão no cargo de Director das Alfândegas.

Despachos de S. Ex^a o Secretário de Estado das Finanças:

De 7 de Novembro de 1996; 6 de Dezembro de 1996;
e 16 de Julho de 1997:

Ficam inscrito como técnico de contas os indivíduos abaixo indicados:

Arminda Oliveira Monteiro;
Celeste dos Santos Oliveira;
Celina Augusta Leão Melício;
João Claude Lopes Pereira;
Carlos Alberto Spencer Conceição;
Fátima Helena Spencer Conceição;
Lucília Benilde Silva Barros;
Valdemar da Cruz Soares;
Adelino Vital Fonseca;
Afonso Henrique Ramos Santos;
Emanuel Évora Gomes;
Price Waterhouse;
Raimundo Sousa Duarte Monteiro;
Tatiana Oliveira Martins.

Despacho de S. Ex^a o Secretário de Estado da Descentralização:

De 30 Julho de 1997:

João Renato Lima, licenciado em gestão de empresas, quadro da ASA — Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea — E.P., em comissão de serviço, na ELECTRA, prorrogada a referida comissão de serviço, por mais doze meses, com efeitos a partir de 9 Junho de 1997.

Despacho do Director do Hospital «Dr. Agostinho Neto» por delegação de S. Ex^a o Ministro da Saúde e Promoção Social:

De 19 de Agosto de 1997:

Ana Mafalda Gomes M. P. Santos técnica auxiliar referência 5, escalão F, da Direcção-Geral do Património do Estado do Ministério da Coordenação Económica, homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento em 19 de Agosto de 1997, que é de teor seguinte:

«Apresentada.

Apta a retomar as suas actividades profissionais.»

RECTIFICAÇÃO

Por erro de administração foi publicado, de forma inexacta no *Boletim Oficial*, nº 27 de 7 de Julho de 1997, o despacho de S. Ex^a o Secretário de Estado das Finanças de 26 de Dezembro de 1996, que nomeia António Pedro José da Rosa técnico profissional de 1º nível do quadro do Gabinete da Descentralização pelo que se rectifica como segue:

Onde se lê:

requisitado, para em comissão de serviço durante o período de dois anos frequentar estágio para admissão como secretário de Finanças da Direcção-Geral do Património do Estado;

Deve ler-se:

nomeado, em comissão de serviço, para durante o período de um ano frequentar estágio para admissão como secretário de Finanças referência 8, escalão B, na Direcção-Geral do Património do Estado.

Direcção de Administração na Praia, 22 Agosto de 1997. — O Director, *João Leal Mendes*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DAS COMUNIDADES

Direcção de Administração

Despacho de S. Ex^a o Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades:

De 7 de Maio de 1997:

Inês Tavares Fernandes, habilitada com o curso de técnica de nível médio finanças, nomeada, nos termos do nº 2 do artigo 28º do Decreto-Lei nº 86/92, conjugado com os dispostos nos nºs 1 e 3 do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, para provisoriamente exercer o cargo de técnico adjunto, referência 11, escalão A, do quadro do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades, ficando colocada na Direcção-Geral de Administração.

A despesa tem cabimento no capítulo 1º, divisão 8ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 21 de Agosto de 1997).

Direcção de Administração na Praia, 27 Agosto de 1997. — Pelo Director, *Arlindo Horácio Gomes*.

Instituto de Apoio ao Emigrante

Despacho de S. Ex^a o Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades:

De 20 de Agosto de 1997:

José António Galvão Gonçalves, chefe de secção em comissão de serviço, desempenhando as funções de Director Administrativo por acumulação, de nomeação definitiva, do quadro do Instituto de Apoio ao Emigrante, concedida licença sem vencimento por um período de 1 (um) ano, ao abrigo do disposto no artigo 47º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir do dia 12 de Agosto do corrente ano.

(Isento do visto do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 7º, do Decreto-Lei nº 108 -E/92, de 24 de Setembro).

CONTRATO DE TRABALHO A TERMO

João Luís Horta, técnico adjunto referência 11, escalão A, contratado para prestar serviço no ramo da economia no Instituto de Apoio ao Emigrante, nos termos dos artigos 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com a remuneração mensal de 44 194 ilíquido.

O presente contrato tem a duração de 1 (um) ano, com efeito a partir do dia 1 de Setembro do corrente ano, podendo ser renovado automaticamente por igual período se não for rescindido por qualquer das partes com pré-aviso de 10 (dez) dias úteis.

Os encargos resultantes das despesas tem cabimento na dotação inscrita no orçamento privativo do Instituto de Apoio ao Emigrante. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 18 de Agosto de 1997).

Instituto de Apoio ao Emigrante na Praia, 21 de Agosto de 1997. — O Presidente, *Arnaldo Monteiro Lopes*.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Direcção de Administração

Despachos de S. Ex^a o Ministro da Educação, Ciência e Cultura:

De 5 de Julho de 1997:

Hirondina Silva Benrós Silva, mestre de oficina, referência 10, escalão C, do quadro definitivo da Escola Secundária «Jorge Bar-

bosa» — concedida licença de longa duração nos termos do artigo 47º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1997.

Jeremias Filinto Soares Almada, ajudante de serviços gerais, referência 1, escalão C, contratado, do Polo da Calabaceira — concedida licença de curta duração de noventa dias, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 1997, nos termos do artigo 45º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril.

RECTIFICAÇÃO

Por ter sido publicado de forma inexacta, por erro da Administração, no *Boletim Oficial* nº 18/97, II Série, o despacho referente à nomeação do professor António Delgado Medina, como Gestor Pedagógico, no Concelho da Ribeira Grande, pelo que, de novo, se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

António Delgado Medina, Pólo VII — Pia de Cima, 6 turmas;

Deve ler-se;

António Delgado Medina, Pólo VIII — Manta Velha, 22 turmas.

Ministério da Educação, Ciência e Cultura, 11 de Agosto de 1997.
— A Secretária-Geral, *Filomena Delgado*.

Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar

EXTRACTO DE CONTRATO

Ivone Maria Lopes da Cruz Mariano, contratada por tempo indeterminado para desempenhar funções docentes.

Substitui o anterior contrato visado pelo Tribunal de Contas em 3 de Junho de 1996.

O encargo resultante das despesas tem cabimento na dotação orçamental inscrita na verba 1.02. Remuneração de Pessoal contratado pertencente ao quadro. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 17 de Junho de 1997).

Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar, 5 de Agosto 1997. — O Presidente, *João Manuel Lizardo*.

— o ÷ —

MINISTÉRIO DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração

Despachos de S. Exª o Ministro da Saúde e Promoção Social:

De 12 de Junho de 1997:

Heloisa Helena Andrade, técnica profissional 2º nível, referência 7, escalão B, da Direcção-Geral da Promoção Social, reclassificada nos termos do nº 2 artigo 10º do Decreto-Lei nº 64/94, de 28 de Novembro, conjugado com os artigos 21º e 22º do Decreto-Lei nº 87/92, e artigo 33º do Decreto-Lei nº 86/92, todos de 16 de Julho, a técnica profissional 1º nível referência 8 escalão B, da mesma Direcção-Geral.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1º divisão 8ª, código 1.2 do orçamento para 1997. — (Isento do visto do Tribunal de Contas).

De 10 de Julho:

Arlinda Rosa Alfama Barreto de Sena Martins, nomeada, para provisoriamente exercer o cargo de técnico profissional 1º nível referência 8, escalão B, da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, nos termos do nº 1 artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o artigo 8º do Decreto-Lei nº 8/96, de 26 de Fevereiro, e artigo 33º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1º, divisão 7ª, código 1.2 do orçamento para 1997. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 4 de Agosto de 1997).

De 18 de Agosto:

Dorinda Filipa Barbosa Mendes Fernandes, técnica profissional de 1º nível, referência 8, escalão F, da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde e Promoção Social, homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento emitido em sessão de 11 de Agosto de 1997, que é do seguinte teor:

"Que a patologia não é tratável no país, pelo que se justifica a permanência da doente no exterior".

Maria Helena Tavares Vera Cruz V. França, esposa do Sr. Arnaldo França, professor do Instituto Superior da Educação, homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 11 de Agosto de 1997, que é do seguinte teor:

"Que a examinada deve ser reevacuada para um centro especializado em Oncologia para controle".

José Manuel Lopes Pereira, sub-chefe principal da Polícia de Ordem Pública, do quadro do Ministério da Justiça e da Administração Interna, homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 31 de Julho de 1997, que é do seguinte teor:

"Que o examinado deve ser evacuado com urgência para um Centro Especializado em Neurocirurgia".

Arlinda Oliveira Santos, técnica superior, referência 13, escalão B, da Direcção-Geral da Promoção Social — Ministério da Saúde e Promoção Social, homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 31 de Julho de 1997, que é do seguinte teor:

"Que a examinada se encontra definitivamente incapaz para o exercício de qualquer actividade profissional".

Despacho do Director-Geral dos Recursos Humanos e Administração:

De 20 de Agosto de 1997:

Pedro João Lomba de Moraes, técnico superior de primeira referência 14, escalão C, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, encontrando-se em comissão eventual de serviço em Portugal, tendo regressado ao país, retoma as suas actividades, profissionais a partir da data do despacho.

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, na Praia, 21 de Agosto de 1997. — O Director-Geral, *Mateus Monteiro Silva*.

Instituto Caboverdiano de Menores

Despacho de S. Exª o Ministro da Saúde e Promoção Social:

De 19 de Junho de 1997:

Nos termos do artigo 10º nº 2 e do Decreto-Lei nº 64/94, de 28 de Novembro, conjugado com a alínea b) do nº 1 artigo 3º do mesmo di-

ploma são reclassificados os seguintes funcionários do Instituto Caboverdiano de Menores, como técnicos profissionais 1º nível referência 8, escalão B, conforme a seguir se indica:

Técnicos profissionais 2º nível para técnicos profissionais 1º nível referência 8, escalão B.

1. Maria Ermelinda Cabral Ribeiro;
2. Admir Hadir Barbosa Vicente Pereira;
3. Dulce Helena Ramos Lizardo;
4. Francisco Noel Sousa Oliveira;
5. Jorge Elísio da Cruz B. do Sacramento Monteiro;
6. Luísa Rosa Gomes Monteiro;
7. Maria Auta Teixeira Silva;
8. Vera Lúcia Lopes dos Reis Vieira.

O encargo tem cabimento na dotação inscrita no orçamento privativo do Instituto Caboverdiano de Menores. — (Isento de visto do Tribunal de Contas).

Instituto Caboverdiano de Menores, na Praia, 21 de Agosto de 1997. — Pela Presidente, *Maria Assunção Oliveira*.

—o—o—

TRIBUNAL DE CONTAS

Despacho de S. Exª o Presidente do Tribunal de Contas:

De 24 de Junho de 1997:

Victor Manuel Varela Monteiro, técnico superior, referência 13, escalão B, do quadro do Tribunal de Contas, de nomeação definitiva, concedida licença sem vencimento de longa duração, nos termos de nº 1 do artigo 47º do Decreto-Legislativo nº 3/93 de 5 de Abril, com efeitos a partir do dia 26 de Agosto do ano em curso.

Tribunal de Contas, na Praia, 18 de Agosto de 1997. — Pela Directora de Serviços, *Marta Lopes*.

—o—o—

MUNICÍPIO DO TARRAFAL

Câmara Municipal

Por ter sido publicado inexacto a data do despacho de S. Exª o Presidente da Câmara Municipal do Tarrafal, no *Boletim Oficial* nº 30 II Série de 28 de Julho, relativo ao funcionário José Manuel Mendes Pereira, rectifica-se na parte que interessa:

Onde se lê:

27 de Julho

Deve ler-se:

27 de Junho

Município do Tarrafal, vila do Tarrafal, 13 de Agosto de 1997. — O Presidente, *Jacinto Vaz Furtado Miranda*.

MUNICÍPIO DO PORTO NOVO

Câmara Municipal

Despacho de S. Exª o Presidente da Câmara Municipal do Porto Novo:

De 6 de Junho de 1997:

José João da Graça Silva e Maria do Rosário Silva Lopes, habilitados com o curso de técnicos profissionais municipais, nomeados para nos termos do artigo 33º do Decreto-Lei nº 86/92 de 16 de Julho, conjugado com o artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, exercerem o cargo de técnico profissional 1º nível, referência 8, escalão B, do quadro de pessoal da Câmara Municipal do Porto Novo, ficando colocados na Direcção dos Serviços Administrativos e Financeiros.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 3º, artigo 15º, nº 1 do orçamento Privativo da Câmara Municipal do Porto Novo, para o ano de 1997. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 31 de Julho de 1997).

Paços do Concelho do Porto Novo, 19 de Agosto de 1997. — O Secretário Municipal, *Marcos Pedro Maocha*.

—————

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

—o—

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Inspeção-Geral

AVISO

Segundo o despacho de Sua Excelência o Ministro da Educação, Ciência e Cultura, de 13 de Agosto de 1997, publica-se a lista definitiva dos candidatos ao concurso de provimento para a carreira de inspectores de Ensino, conforme a lista publicada no *Boletim Oficial* nº 26 de 30 de Junho do corrente ano.

Inspectores adjuntos:

Vicência dos Santos Nascimento	14,76
Marcelina Monteiro Flor	13,85
Deolinda Suzete Lopes Martins	13,80
Regina Santos Rocha	13,76
Lourença Bernarda Lopes	13,52
Jorge Heclintone Fernandes	13,45
Adriano Mendes Semedo	13,41
José Pedro Nunes Soares	13,36
Emanuel Henriques Rodrigues	12,88
Eleonora Helena Monteiro	12,78
Josefa da Veiga Monteiro	12,77
Didácia Évora Santos	12,45
Aristides Rocha Reis	12,42

Olívio Mendes de Brito	12,35
José António Monteiro	11,89
Manuel José Lopes	10,87
Serafim de Pina Silva	10,85
Domingos Sacrossanto Silva	9,23
Inspectores:	
Amália Faustino Mendes	14,43
Belmiro Mendes Furtado	14,02
Octávio Ramos Tavares	13,60
Baltazar Soares Neves	13,18
Bartolomeu Lopes Varela	13,03
Crisanto Avelino Sanches Barros	13,03
José Avelino Rodrigues Pina	12,75
Teresa Carvalho S. Borges	12,70
Arlinda Filomeno Lopes Rosário	12,47
Silvio Gomes de Oliveira	12,25
Marcelino Rodrigues Fernandes	12,23
Belarmino Pereira Lopes	12,14
Silvino Lopes da Silva	11,98
Joaquim Mendes Furtado	11,96
Maria Luisa Soares Inocêncio	11,77
Marcelino Andrade R. Pereira	11,58
Pascoal Bailão Fonseca	11,21
Filomena Maria Fortes Morais	11,21
Nélida Maria Freire Brito	10,80
Alberto Francisco Mendes Lopes	10,61

A candidata Maria de Fátima Monteiro por não ter comparecido à entrevista ficou excluída.

Inspeção-Geral do Ensino na Praia aos 20 do mês de Agosto de 1997. — O Inspector-Geral do Ensino, *Gualdino José Tavares Cardoso*.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

CHEFIA DO GOVERNO

MINISTRO DO PRESIDÊNCIA DO CONSELHO
DE MINISTROS

Imprensa Nacional

RECTIFICAÇÃO

Por se ter publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* nº 31/97 II Série, de 4 de Agosto a páginas 639 o extracto da fim ICV — INERTES DE CABO VERDE, LIMITADA rectifica-se na parte que interessa:

Onde se lê:

... em que foi constituída entre SOCIEDADE DE EMPREITADAS ADRIANO, SA, SECIL — COMPANHIA-GERAL DE CAL E CIÊNCIA, SA, E INTERTRADE-INTERNACIONAL TRADING AND SERVICES, LDA, uma Sociedade por quotas, denominada ICV — INERTES DE CABO VERDE, nos termos seguinte:

Artigo Primeiro

A sociedade adopta a firma ICV — INERTES DE CABO VERDE, LIMITADA.

Deve ler-se:

... em que foi constituída entre SOCIEDADE DE EMPREITADAS ADRIANO, SA, SECIL — COMPANHIA-GERAL DE CAL E CIMENTO, SA, E INTERTRADE-INTERNACIONAL TRADING AND SERVICES, LDA, uma Sociedade por quotas, denominada INC — INERTES DE CABO VERDE, nos termos seguinte:

Artigo Primeiro

A sociedade adopta a firma ICV — INERTES DE CABO VERDE, LIMITADA.

Imprensa Nacional de Cabo Verde, 25 de Agosto de 1997. — O Director de Serviço, *Clodilde F. Tiene Saiegh*.

CONTAS E BALANCETES

Empresa Nacional de Produtos Farmacêuticos, E.P.

EMPROFAC

DESPACHO

Ao abrigo do disposto nas Bases Gerais das Empresas Públicas,

Determino:

1. São aprovados os Relatórios, as contas e as demais demonstrações financeiras da EMPROFAC - s.a.r.l. referentes ao exercício económico de 1996, assim como a proposta de distribuição dos resultados.

2. Sejam publicados no *Boletim Oficial*, o relatório, balanço e contas, nos termos legais e este despacho.

Praia, 28 de Junho de 1997. — O Secretário de Estados das Finanças, *José Ulisses Correia e Silva*.

RELATÓRIO E CONTAS DE 1996

1. Considerações gerais

O contexto em que a EMPROFAC desenvolveu as suas actividades durante o ano de 1996 foi caracterizado, a nível externo, por uma relativa estabilidade do Mercado Internacional no que toca a preços das mercadorias.

A nível interno, destacam-se os seguintes:

a) O fim da actividade retalhista

Após a publicação da lei das Privatizações e a opção do Governo no sentido de alienar as unidades de venda aos privados, não foi realizado nenhum estudo para avaliar o impacto de tal medida sobre a rentabilidade económica e financeira da Empresa.

Concluídas as operações de trespasse e com a EMPROFAC confiada ao exercício da sua actividade grossista, impõe-se uma reformulação das linhas estratégicas de intervenção, e, sobretudo uma adequação do sistema de taxas aplicadas na formação dos preços e em vigor na empresa.

b) O início da reestruturação na Empresa

A redução das actividades, implicava como consequência imediata a reestruturação, iniciada já na área comercial com a indemnização de 4 (quatro) trabalhadores e cujo montante atingiu os 5 258 916\$00 (cinco milhões duzentos e cinquenta e oito mil novecentos e dezasseis escudos).

Ainda, no domínio da reestruturação, é intenção da Direcção da Empresa, criar condições no sentido de promover o escoamento do pessoal auxiliar através de empresas de prestação de serviços ou estudar vias alternativas como a pré-reforma, com as instituições próprias.

c) A introdução de uma taxa única na formação dos preços

No último trimestre de 1995, a EMPROFAC realizou um estudo, visando a uniformização das diferentes taxas usadas na formação dos preços dos medicamentos importados, com o intuito de facilitar os cálculos, tanto na facturação aos clientes como nas classificações e movimentações contabilísticas.

Aprovada pela Tutela em 20/08/96, a proposta de introdução de uma taxa única, veio contribuir para uma maior celeridade dos trabalhos de aviamentos e da sua facturação e como resultado, uma evidente melhoria nos serviços de distribuição a nível nacional.

d) A informatização da gestão de stocks, constitui o nosso calcanhar de Aquiles — já que, à partida, é um processo com vários condicionantes - a própria especificidade do sector (medicamentos e produtos afins) e a qualificação do pessoal existente - o seu avanço tem sido muito lento, mas esforços estão sendo envidados para o arranque no final do primeiro semestre;

e) Não podíamos deixar de focar aqui uma das dificuldades vividas pela EMPROFAC durante o ano transacto e que se prendeu com uma certa morosidade nas transferências efectuadas pelo BCA e da sua repercussão extremamente negativa junto dos fornecedores, implicando nalguns casos a suspensão dos embarques e como é óbvio rupturas no programa de abastecimento a nível nacional. Isto é tanto mais grave se termos em conta a nossa quase completa dependência do exterior relativamente à área de medicamentos.

f) Finalmente, no domínio legislativo, aguarda-se para breve a transformação da EMPROFAC em Sociedade Anónima e as alterações daí advinentes. Contudo, pela sua situação, numa área estratégica como a da Saúde, quaisquer alterações a serem introduzidas, nomeadamente a sua abertura aos privados, implica, da parte do Estado, a quem compete a regulamentação, aprovação, fiscalização e controlo do circuito da comercialização, particular e a cuidada atenção, quer pelo seu impacto na Saúde Pública, quer pelo seu efeito sobre o Orçamento Geral do Estado e as poupanças dos utentes.

As despesas com medicamentos são das que mais peso têm em qualquer sistema de Saúde, constituindo, hoje em dia, preocupação generalizada em todos os países, mesmo nos mais ricos, a necessidade de controlar o crescimento dos custos de funcionamento dos respectivos sistemas. Em Cabo Verde, dando cumprimento ao estipulado no Programa do Governo, o Estado assume parte considerável desses custos por forma a permitir que os que não podem suportar as despesas sejam beneficiários dos direitos consignados no Sistema Nacional de Saúde.

2. Actividade comercial

2.1 - Compras

Do total importado, (408 187,2 contos) o quadro nº 1 dá-nos o panorama de diversas rúbricas comercializadas pela EMPROFAC, durante o exercício de 1996 (ver anexo).

As origens das importações foram, por ordem decrescente, Portugal, Bélgica, Holanda, Espanha, Alemanha e França.

Em relação ao ano anterior houve uma diminuição na ordem dos 11,3%, perfeitamente justificada pelas compras extras efectuadas, destinadas ao combate da epidemia da cólera que assolou o País durante esse período.

2.2 - Vendas

As vendas atingiram o valor de 531 790,8 contos conforme se pode constatar do quadro nº 2, o que representa em relação ao ano transacto uma diminuição de cerca de 10,6%, pela razão apontada no 2-1.

De realçar o gráfico de distribuição das vendas por ilhas (ver anexo), onde se observa que, na ordem dos 89% do valor global, as vendas se concentram nos dois principais centros urbanos - Praia Mindelo - o que coincide com a localização dos dois Hospitais Ce trais:

	1995	1996	
Santiago	352 895,8	318 909,1	c
S. Vicente	174,241,2	155,748,3	c
Sal	19 365,2	17.969,7	c
Fogo	9 935,1	232,4	c
S. Antão	26 045,6	20 764,3	c
Brava	3 563,1	4 811,6	c
Maio	247,8	290,4	c
S. Nicolau	6 998,6	10 752,8	c
Boa Vista	1 549,1	2 311,2	c
Total	594 841,6	531 790,8	

3. Investimentos

Os investimentos realizados durante o exercício findo atingiram o montante de 11 681,0 contos totalmente financiados pela empresa e distribuídos conforme as rúbricas constantes do quadro nº 3.

4. Recursos humanos

O efectivo de pessoal passou de 76 trabalhadores para 63, com o trespasse das unidades e as indemnizações efectuadas no decorrer do exercício, assim distribuídos: 44 na Sede e 19 na Delegação de S. Vicente.

Beneficiaram de formação 10 (dez) trabalhadores nas áreas de Gestão Comercial, Auditoria Interna, Legislação Tributária e Contabilidade e Auditoria, entre outras.

As despesas com o pessoal atingiram o montante de 49 195,2 contos, contra 47 865,7 contos do ano transacto, devido ao montante gasto no pagamento das indemnizações (5 258,9 contos).

De notar que a taxa de absentismo durante o ano em análise situou-se em 7% contra 5,7% do ano transacto, aumento justificado pelo número de trabalhadores e familiares submetidos a tratamentos no exterior.

EMPRESA NACIONAL DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, E M P R O F A C - E. P.

INDICADORES DE ESTRUTURA ECONÓMICA

DESIGNAÇÃO	1992	1993	1994	1995	1996
Vendas	359.222,7	392.969,4	446.039,8	594.841,6	531.790,8
Valor Acrescentado Bruto	131.690,8	132.936,2	123.340,4	146.286,4	125.299,7
Despesas com o Pessoal	49.174,4	42.812,3	45.130,0	47.865,7	49.195,3
Excedente Bruto de Exploração (E.B.E.)	82.516,4	90.123,9	78.210,4	98.420,7	76.104,4
Encargos Financeiros	1.271,0	1.200,2	632,9	4.282,7	8.675,6
Cash Flow Bruto	79.947,1	79.107,3	64.189,2	95.028,7	60.334,2
Amortizações e Reintegrações	7.791,1	9.328,8	10.727,5	8.766,5	7.489,1
Resultados do Exercício (Após p. i.)	44.929,6	34.486,0	30.939,1	52.867,0	28.950,0
Formação Bruta de Capital Fixo (F.B.C.F.)	8.162,5	7.590,2	12.286,0	3.738,2	11.681,1
Emprego (nº de Trabalhadores)	114,0	86,0	84,0	76,0	63,0
Produtividade de Trabalho	1.155,18	1.545,77	1.468,34	1.924,82	1.988,88
Encargo Médio por Trabalhador	431,40	497,82	537,26	629,81	780,88
Encargos Financeiros no V.A.B.	0,01	0,01	0,01	0,03	0,07
Excedente Bruto de Exploração no V.A.B.	0,62	0,68	0,63	0,67	0,61
Despesas com o Pessoal no V.A.B.	0,37	0,32	0,37	0,33	0,39
Rendibilidade do Activo	0,16	0,10	0,10	0,16	0,11
Rendibilidade dos Capitais Próprios	0,23	0,17	0,16	0,28	0,16
Rendibilidade das Vendas	12,19	8,78	6,94	8,89	5,44
Esforço do Investimento	0,06	0,06	0,10	0,03	0,09

Praia, aos 31 de Março de 1997

O Chefe Dep. da Contabilidade

Maria de Monte Lima
/ Maria de Monte Lima /

O Director Financeiro

Oscar Baptista Moreira
/ Oscar Baptista Moreira /

A Directora Geral

Maria da Luz N. Nobre Leite
/ Maria da Luz N. Nobre Leite /

EMPRESA NACIONAL DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, E M P R O F A C - E. P.

INDICADORES DE ESTRUTURA FINANCEIRA

DESIGNAÇÃO	1992	1993	1994	1995	1996
Resultados do Exercício (Após p.i.)	44.929,6	34.486,0	30.939,1	52.867,0	28.950,0
Capital Circulante	176.541,1	227.542,8	206.187,7	275.419,6	268.977,7
Imobilizado Líquido	110.581,2	118.280,0	118.288,8	82.863,3	76.303,6
Activo Total	286.122,3	345.822,8	323.476,1	358.282,9	351.277,1
Passivo a Curto Prazo	68.553,5	139.333,8	114.887,2	137.263,1	135.034,1
Passivo a M/L Prazos	-	-	-	36.260,8	32.634,7
Passivo Total	68.553,5	139.333,8	114.887,2	173.523,9	167.668,8
Capital Próprio	217.568,6	206.489,0	212.134,7	186.335,7	186.065,4
Capital Permanente	217.568,6	206.489,0	208.588,9	221.019,8	216.243,0
Fundo de Maneio	106.988,1	88.209,0	90.300,5	138.156,5	133.943,6
Liquidez Imediata	1,44	0,97	1,06	1,18	1,08
Liquidez Geral	2,56	1,63	1,79	2,01	1,99
Autonomia Financeira a c/ Prazo	0,60	0,39	0,44	0,50	0,50
Autonomia Financeira a m/l Prazos	-	-	-	5,14	5,70
Solvabilidade Total	3,17	1,48	1,85	1,07	1,11
Cobertura do Imobilizado	1,96	1,92	1,95	2,42	2,44
Cobertura do Activo Total	0,76	0,60	0,66	0,52	0,53

Praia, aos 31 de Março de 1997

O Chefe Dep. da Contabilidade

Maria de Monte Lima
/ Maria de Monte Lima /

O Director Financeiro

Oscar Baptista Moreira
/ Oscar Baptista Moreira /

A Directora Geral

Maria da Luz N. Nobre Leite
/ Maria da Luz N. Nobre Leite /

EMPRESA NACIONAL DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, E M P R O F A C - E. P.

COMPRAS

QUADRO Nº 1

DESIGNAÇÃO	contos	
	1995	1996
MEDICAMENTOS	345.538,4	302.577,7
MATERIAL DE PENSO / ACCES. DE FARMÁCIA	56.895,5	50.958,1
MATERIAL DE SUTURA / RADIOLOGIA / REAGENTES	49.370,0	44.843,0
PRODUTOS QUÍMICOS / DIVERSOS	8.431,5	9.808,3
TOTAL	460.235,4	408.187,1

EMPRESA NACIONAL DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, E M P R O F A C - E. P.

VENDAS

QUADRO Nº 2

DESIGNAÇÃO	(contos)		
	1994	1995	1996
PRODUTOS IMPORTADOS	326.201,4	434.436,6	391.743,2
PRODUTOS NACIONAIS	119.838,7	160.405,0	140.047,6
TOTAL	446.040,1	594.841,6	531.790,8

EMPRESA NACIONAL DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, E M P R O F A C - E. P.

INVESTIMENTOS

QUADRO Nº 3

DESIGNAÇÃO	(contos)	
	1995	1996
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	42,10	-
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	143,70	635,80
MATERIAL DE CARGA E TRANSPORTE	270,00	2.480,00
EQUIP. ADM. SOC. E MOB. DIVERSOS	3.282,30	1.327,70
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	-	5.996,70
CUSTOS PLURIENAIIS	-	1.240,90

EMPRESA NACIONAL DE PRODUTOS FARMACÉUTICOS, EMPROFAC - E.P.
BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1996

CÓD.	ACTIVO	ACTIVO BRUTO	PROVISÕES AMORT. REINT.	ACTIVO LÍQUIDO	CÓDIGO	PASSIVO	PASSIVO E SIT. LÍQUIDA
	DISPONIBILIDADES					DÉBITOS A CURTO PRAZO	
11	Caixa	517.893,50	-	517.893,50	21.1	Cilentes c/ Gerais	380.321,50
12	Depósitos a Ordem	37.186.980,75	-	37.186.980,75	21.9	Adiantamento de Cilentes	94.454,50
		37.704.874,25	-	37.704.874,25	22.1 - 22.8	Fornecedores, c/ Gerais	89.960.519,81
	CRÉDITOS A CURTO PRAZO				23.3	Empréstimos do Pessoal	628,00
211 + 216 - 218	Cilentes c/ Gerais	97.754.743,90	1.316.787,40	96.437.956,50	23.5	Empréstimos Bancários	5.613.000,00
22	Fornecedores c/ Gerais	19.202,40	-	19.202,40	23.9	Outros Empréstimos Obtidos	3.626.075,00
233	Empréstimos Concedidos	2.237.901,40	-	2.237.901,40	24	Sector Público Estatal	2.173.399,10
26	Outros Devedores	9.629.844,30	810.108,20	8.819.536,10	261 a 269	Outros Credores, c/ gerais	10.465.803,90
		109.641.492,00	2.126.895,60	107.514.596,40	28	Provisões para Impostos sobre Lucros	22.359.862,00
					29	Provisões para Outros Riscos e Encargos	380.000,00
	EXISTÊNCIAS						135.034.063,81
32	Mercadorias	133.058.208,80	9.300.000,00	123.758.208,80		DÉBITOS A MÉDIO E LONGO PRAZO	
		133.058.208,80	9.300.000,00	123.758.208,80	23.9	Outros Empréstimos Obtidos	32.634.675,00
	CRÉDITOS A MÉDIO E LONGO PRAZO						
23	Empréstimos Concedidos	3.193.269,10	-	3.193.269,10			
26	Outros Devedores	2.802.553,10	-	2.802.553,10			
		5.995.822,20	-	5.995.822,20			
	IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS					TOTAL DO PASSIVO	167.668.738,81
41.2	Participações de Capital noutras Empresas	20.000.000,00	-	20.000.000,00		SITUAÇÃO LÍQUIDA	
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					CAPITAL E PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES	
42.2	Edifícios e Outras Construções	50.843.382,40	13.513.472,40	37.329.910,00	51	Financiamento Básico	5.661.408,70
42.3	Equip. Básicos e Out. Maq. e Instalações	1.239.071,00	1.239.071,00	-	52	Capital Estatutário	60.000.000,00
42.4	Ferramentas e Utensílios	56.808,00	56.808,00	-			65.661.408,70
42.5	Material de Carga e Transporte	16.440.833,90	11.167.193,30	5.273.640,60	55.1	RESERVAS	
42.6	Equip. Adm. Soc. e Mob. Diverso	29.489.702,70	21.827.734,90	7.661.967,80	55.2	Reserva Geral	25.960.253,60
42.9	Outras Imobilizações Corpóreas	179.635,80	138.256,50	41.379,30	55.3	Reserva para Investimentos	12.111.627,60
		98.249.233,80	47.942.336,10	50.306.897,70	55.4	Reserva para Fins Sociais	24.341.243,30
					55.4	Reserva para Reembolso de Capital	9.875.242,40
					56.1	Reservas Especiais	19.165.749,20
43.2	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						91.454.116,10
	Prop. Ind. Outros Direitos e Contratos	85.516,70	85.516,70	-		RESULTADOS TRANSITADOS	
		85.516,70	85.516,70	-	59.1	Exercício de 1992	13.185.000,00
					59.2	Exercício de 1993	5.398.280,00
					59.3	Exercício de 1995	7.786.720,00
44	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO						-
44.1 + 44.2	Obras em Curso	5.996.654,60	-	5.996.654,60		RESULTADOS LÍQUIDOS	
27	CUSTOS ANTECIPADOS				88	Resultados Correntes do Exercício	50.717.279,80
47.1	Despesas Antecipadas	603.129,90	-	603.129,90		Resultados Extraordinários do Exercício	3.759.990,06
	Conservação Plurienal	1.854.048,10	-	1.854.048,10		Resultados de Exercícios Anteriores	1.828.459,40
		2.457.178,00	-	2.457.178,00			
	TOTAL DE PROVISÕES		11.426.895,60			Resultados antes dos Impostos	45.128.830,34
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES E REINTEGRAÇÕES		48.027.852,80			Provisões para Impostos sobre os Lucros	16.178.862,00
	TOTAL DO ACTIVO	413.188.980,35	59.454.748,40	353.734.231,95		Res. Líquidos depois dos Impostos	28.949.968,34
						TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA	186.065.493,14
						TOTAL DO PASSIVO E DA SITUAÇÃO LÍQUIDA	353.734.231,95

Praia, 31 de Março de 1997

O Chefe Dep. da Contabilidade

O Director Financeiro

A Directora Geral

Maria de Monte Lima
/ Maria de Monte Lima /

Oscar Baptista Moreira
/ Oscar Baptista Moreira /

Maria da Luz N. Nobre Leite
/ Maria da Luz N. Nobre Leite /

EMPRESA NACIONAL DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, E M P R O F A C - E. P.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS

Código da Conta			Deduções em Compras		Código da Conta			Deduções em Vendas	
32	Existências Iniciais Mercadorias			120.480.222,40	71	Vendas de Mercadorias e Produtos			
				120.480.222,40	71.1	Mercadorias	532.293.298,90	502.503,10	531.790.795,80
31	Compras						532.293.298,90	502.503,10	531.790.795,80
31.1	Mercadorias	408.187.228,50		408.187.228,50					
38	Regularização de Existências				75	Receitas Suplementares	32.000,00		32.000,00
38.1	Mercadorias			5.597.828,10					531.822.795,80
		408.187.228,50		402.589.398,40					
32	Existências Finais Mercadorias			133.058.208,90	78	Receitas Financeiras Correntes			230.325,40
					79	Utilização de Provisões			3.476.564,50
81	Custo das Exist. Vendidas e Consumidas					(B)			535.529.685,70
81.1	Mercadorias			389.891.412,00	82	Ganhos Extraordinários do Exercício			3.619.580,01
63	Forç. e Serviços de Terceiros	16.770.530,40			83	Ganhos de Exercícios Anteriores			28.701.402,00
64.1	Impostos Indiretos	3.488.048,20		20.238.578,80					32.320.982,01
				410.229.980,60					
64.2	Impostos Diretos	39.015,00							
65	Despesas com o Pessoal	48.195.257,50							
66	Despesas Financeiras	8.675.647,40							
67	Outras Despesas e Encargos	1.487.101,10		59.377.021,00					
68	Amort. e Reint. do Exercício	7.489.085,60							
69	Provisões do Exercício	7.718.288,70		15.205.394,30					
	(A)								484.812.405,90
82	Perdas Extraordinárias do Exercício			7.379.570,07					
83	Perdas de Exercícios Anteriores			30.529.861,40					37.909.431,47
28	Provisões p. Imp. e Lucros								16.178.982,00
88	Resultados Líquidos								28.949.988,34
									587.850.887,71

RESULTADOS CORRENTES DO EXERCÍCIO : (B) - (A) = 535.529.685\$70 - 484.812.405\$90=50.717.279\$80

Praia, 31 de Março de 1997

O Chefe Dep. de Contabilidade
Maria do Monte Lima
 / Maria do Monte Lima /

O Director Financeiro
Oscar Baptista Moreira
 / Oscar Baptista Moreira /

A Directora Geral
Maria da Luz N. Nobre Leite
 / Maria da Luz N. Nobre Leite /

EMPRESA NACIONAL DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, E M P R O F A C - E. P.

MAPA COMPARATIVO DOS BALANÇOS DE 1995 E 1996

	1996		1995		Variações			1996		1995		Variações	
	Activo	Passivo e Sit. Liq.	Activo	Passivo e Sit. Liq.	+	-		Activo	Passivo e Sit. Liq.	Activo	Passivo e Sit. Liq.	+	-
GRUPO I							GRUPO II						
Disponibilidades							Provisões						
Caixa	517,9	-	2.226,2	-	-	1.708,3	Para Cob.Duv. e Out. Ria. e Enc.	-	2.486,9	-	3.030,9	544,0	-
Depósitos a Ordem	37.187,0	-	35.219,4	-	1.967,6	-	Para Depreciação de Existências	-	9.300,0	-	7.162,4	-	2.137,6
	37.704,9	-	37.445,6	-	1.967,6	1.708,3	Para Impostos e Lucros	-	22.359,8	-	34.848,0	12.288,2	-
								-	34.146,7	-	41.841,3	12.832,2	2.137,6
Créditos a Curto Prazo							Créditos a Médio e Longo Prazo						
Clientes c/ Gerais	97.754,7	-	113.631,4	-	-	15.876,7	Empréstimos Concedidos	3.193,3	-	-	-	3.193,3	-
Fornecedores c/ Gerais	18,2	-	-	-	19,2	-	Outros Devedores	2.802,5	-	5.715,2	-	-	2.912,7
Outros Emp. Concedidos	2.237,9	-	5.299,8	-	-	3.061,7		5.995,8	-	5.715,2	-	-	2.912,7
Outros Devedores	9.629,6	-	8.776,1	-	853,5	-	Débitos a Médio e Longo Prazo						
Despesas Antecipadas	603,1	-	33,8	-	569,3	-	Outros Empréstimos Obtidos	-	32.634,7	-	36.280,8	3.626,1	-
	110.244,5	-	127.740,9	-	1.442,0	18.938,4	Imobilizações						
Débitos a Curto Prazo							Imobilizações Financeiras	20.000,0	-	20.000,0	-	-	-
Clientes c/ Correntes	-	380,3	-	-	-	380,3	Terrenos e Recursos Naturais	-	-	-	42,2	-	42,2
Adiantamentos de Clientes	-	94,4	-	-	-	94,4	Edifícios e Outras Construções	50.843,4	-	56.485,7	-	-	5.622,3
Fornecedores c/ Gerais	-	89.960,5	-	88.480,6	-	3.479,9	Equip ^o . Bas. e Out. Maq. e Inst.	1.239,0	-	1.239,0	-	-	-
Empréstimos ao Pessoal	-	0,6	-	-	-	0,6	Ferramentas e Utensílios	56,6	-	84,8	-	-	8,2
Empréstimos Bancários	-	5.813,0	-	2.028,5	-	3.583,5	Mat. de carga e Transporte	16.440,8	-	15.053,9	-	1.386,9	-
Outros Empréstimos Obtidos	-	3.626,0	-	-	-	3.626,0	Equip ^o . Adm.Social e Mob. Div.	29.489,7	-	30.803,7	-	-	1.414,0
Sector Público Estatal	-	2.173,4	-	2.443,0	-	269,6	Outras Imobilizações Corpóreas	179,6	-	214,5	-	-	34,9
Credores p/ Pagto. Diferidos	-	6.830,9	-	850,6	-	2.019,7	Imobilizações Incorporadas	85,5	-	343,0	-	-	257,5
Credores Diversos	-	3.634,9	-	-	-	823,6	Imobilizações em Curso	5.996,7	-	-	-	5.996,7	-
Receitas Antecipadas	-	-	-	-	-	-	Conservação Plurienal	1.854,0	-	1.542,7	-	-	311,3
	-	112.314,0	-	102.611,0	-	11.988,3		126.185,3	-	125.889,5	-	-	7.694,9
Existências							Amortizações e Reintegrações						
Mercadorias	133.058,2	-	120.480,2	-	12.598,0	-		-	48.027,9	-	47.178,7	-	849,2
	133.058,2	-	120.480,2	-	12.598,0	-	Capital e Reservas						
							Financiamento Básico	-	5.881,4	-	5.881,4	-	-
							Capital Estatutário	-	60.000,0	-	60.000,0	-	-
							Reserva Geral	-	25.980,3	-	20.873,5	-	5.286,8
							Reserva para Investimento	-	12.111,6	-	9.468,3	-	2.643,3
							Reserva para Fins Sociais	-	24.341,2	-	19.054,5	-	5.286,7
							Reserva para Reemb. de Capital	-	9.875,2	-	7.231,9	-	2.643,3
							Resultados do Exercício	-	19.185,7	-	19.185,7	-	-
								-	7.786,7	-	7.786,7	-	-
								-	157.115,4	-	133.486,6	-	23.646,8
								-	28.950,0	-	52.867,0	-	23.917,0
TOTAL DO GRUPO I	261.007,6	112.314,0	265.846,7	102.611,0	18.286,9	32.635,0	TOTAL DO GRUPO II	132.181,1	300.874,7	131.584,7	314.816,4	51.263,5	36.925,4
							TOTAL DOS GRUPOS I E II	413.188,7	413.188,7	417.231,4	417.231,4	69.560,4	69.560,4

O Chefe Dep. da Contabilidade

Maria de Monte Lima
/ Maria de Monte Lima /

O Director Financeiro

Oscar Baptista Moreira
/ Oscar Baptista Moreira /

A Directora Geral

Maria da Luz N. Nobre Leite
/ Maria da Luz N. Nobre Leite /

EMPRESA NACIONAL DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, E M P R O F A C - E. P.

VARIAÇÃO DOS ELEMENTOS DOS FUNDOS CIRCULANTES

ACTIVAS		PASSIVAS	
1 - Aumentos das Existências Mercadorias	12.598,0	2 - Redução de Créditos a Curto Prazo Clientes c/ Gerais Outros Empréstimos Concedidos	15.876,7 3.061,7
2 - Aumentos de Créditos a Curto Prazo Fornecedores c/ Gerais Outros Devedores Despesas Antecipadas	19,2 853,5 569,3	3 - Aumento de Débitos a Curto Prazo Clientes c/ Gerais Clientes c/ Adiantamentos Fornecedores c/ Gerais Empréstimos ao Pessoal Empréstimos Bancários Outros Empréstimos Obtidos Credores Diversos	380,3 94,4 3.479,9 0,6 3.583,5 3.626,0 823,6
3 - Redução de Débitos a Curto Prazo Sector Público Estatal Credores por Pagamentos Diferidos	269,6 2.019,7	4 - Redução de Disponibilidades Caixa	1.708,3
4 - Aumento de Disponibilidades Depósitos à Ordem	1.967,6		
5 - Redução dos Fundos Circulantes	14.338,1		
	32.635,0		32.635,0

Praia, aos 31 de Março de 1997

O Chefe Dep. da Contabilidade

Maria de Monte Lima
/ Maria de Monte Lima /

O Director Financeiro

Oscar Baptista Moreira
/ Oscar Baptista Moreira /

A Directora Geral

Maria da Luz N. N. Leite
/ Maria da Luz N. N. Leite /

EMPRESA NACIONAL DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, E M P R O F A C - E. P.

MAPA DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE FUNDOS

			Contos	
<u>ORIGEM DE FUNDOS</u>			<u>APLICAÇÃO DE FUNDOS</u>	
Internas			Distribuições	
Resultados Líquidos (Lucros)	28.950,0	25.744,5	Por Aplicação de Resultados	52.867,0
Amort. e Reint. do Exercício	7.489,1			
Variação das Provisões	- 10.694,6			
Externas			Movimentos Financeiros a M/L Prazo	
Aumento da Situação Líquida		23.646,8	Redução de Débitos a M/L Prazo	
Reserva Geral	5.286,8		Outros Emp. Obtidos	3.626,1
Reserva p/ Fins Sociais	5.286,7			
Reserva para Investimento	2.643,3		Aumento de Créditos a M/L Prazo	
Reserva p/ Reemb. Cap. Investido	2.643,3		Empréstimos Concedidos	3.193,3
Resultados Transitados	7.786,7			
Movimentos Financeiros a M/L Prazo			Investimentos	
Redução de Créditos a M/L Prazo		2.912,7	Edifícios e Outras Construções	635,8
Outros Devedores	212,7		Material de Carga e Transporte	2.480,0
Desinvestimentos			Equip. Adm. Soc. e Mob. Diverso	1.327,7
Terrenos e Recursos Naturais	42,1	4.725,3	Imobilizações em Curso	5.996,6
Edifícios e Outras Construções	4.255,7		Custos Pluriennais	1.240,9
Equip. Adm. Social e Mob. Diversos	413,4			
Outras Imobilizações Incorporadas	14,1			
Redução dos Fundos Circulantes		14.338,1		
		71.387,4		71.387,4

Praia, aos 31 de Março de 1997

O Chefe Dep. da Contabilidade

María de Monte Lima
/ María de Monte Lima /

O Director Financeiro

Oscar Baptista Moreira
/ Oscar Baptista Moreira /

A Directora Geral

María da Luz N Nobre Leite
/ María da Luz N Nobre Leite /

EMPRESA NACIONAL DE PRODUTOS FARMACÉUTICOS, E M P R O F A C - E. P.

MAPA DE VARIAÇÃO DO IMOBILIZADO

ANO DE 1996

Imobilizações	Valor no Início do Ano	MOVIMENTOS NO ANO						Valor no Fim do Ano
		Aquisições	Reavaliações	Transf. de Obras em Curso	Abates e Alienações	Correcções	Total	
1 - Financeiras								
Participações de Capital noutras Empresas	20.000.000,00	-	-	-	-	-	-	20.000.000,00
SUB - TOTAL (1)	20.000.000,00	-	-	-	-	-	-	20.000.000,00
2 - Corpóreas								
Terrenos e Recursos Naturais	42.145,00	-	-	-	- 42.145,00	-	- 42.145,00	-
Edifícios e Outras Construções	56.465.710,90	635.842,00	-	-	- 6.258.170,50	-	- 5.622.328,50	50.843.382,40
Equip. Básico e Out. Maq. e Instalações	1.239.071,00	-	-	-	-	-	-	1.239.071,00
Ferramentas e Utensílios	64.777,00	-	-	-	- 8.169,00	-	- 8.169,00	56.608,00
Material de Carga e Transporte	15.053.918,10	2.190.000,00	-	-	- 1.093.084,20	-	- 1.386.915,80	16.440.833,90
Equip. Adm. Soc. e Mob. Diversos	30.903.643,20	7.650,00	-	-	- 2.741.590,50	-	- 1.413.940,50	29.489.702,70
Outras Imobilizações Corpóreas	214.477,10	-	-	-	- 34.841,30	-	- 34.841,30	179.635,80
SUB - TOTAL (2)	103.983.742,30	4.443.492,00	-	-	- 10.178.000,50	-	- 5.734.508,50	98.249.233,80
3 - Incorpóreas								
Trespasse	257.505,60	-	-	-	- 257.505,60	-	- 257.505,60	-
Gastos de Instalações e Expansão	85.516,70	-	-	-	-	-	-	85.516,70
SUB - TOTAL (3)	343.022,30	-	-	-	- 257.505,60	-	-	85.516,70
4 - Imobilizações em Curso								
Imobilizações c/ Adiantamentos	-	5.996.654,60	-	-	-	-	-	5.996.654,60
SUB - TOTAL (4)	-	5.996.654,60	-	-	-	-	-	5.996.654,60
TOTAL PARCIAL	124.326.764,60	10.440.146,60	-	-	-	-	- 5.734.508,50	124.331.405,10
5 - Custos Pluriennais								
	1.642.735,40	1.240.926,10	-	-	-	- 929.613,40	311.312,70	1.864.048,10
TOTAL GERAL (1+2+3+4+5)	125.869.500,00	11.681.072,70	-	-	- 10.435.506,10	- 929.613,40	- 5.423.195,80	126.185.453,20

Praia, aos 31 de Março de 1997

O Chefe do Dep. da Contabilidade

Maria de Monte Lima
/ Maria de Monte Lima /

O Director Financeiro

Oscar Baptista Moreira
/ Oscar Baptista Moreira /

A Directora Geral

Maria da Luz N. Nobre Leite
/ Maria da Luz N. Nobre Leite /

EMPRESA NACIONAL DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, E M P R O F A C - E. P.

MAPA DE VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS

ANO DE 1996

Imobilizações	Valor no Início do Ano	MOVIMENTOS NO ANO					Valor no Fim do Ano
		Amortizações do Exercício	Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções por Exerc. Anteriores	Total	
1 - CORPÓREAS							
Edifícios e Outras Construções	13.482.351,50	2.033.735,30	-	- 2.002.614,40	-	31.120,90	13.513.472,40
Equipamentos Básicos	913.115,90	325.955,10	-	-	-	325.955,10	1.239.071,00
Ferramentas e Utensílios	64.777,00	-	-	- 8.169,00	-	8.169,00	56.608,00
Material de Carga e Transporte	11.326.917,10	933.360,40	-	- 1.093.084,20	-	159.723,80	11.167.193,30
Equip. Adm. Soc. e Mob. Diversos	20.902.398,70	3.253.552,10	-	- 2.328.215,90	-	925.336,20	21.827.734,90
Outras Imobilizações Corpóreas	146.065,60	12.879,30	-	- 20.668,40	-	7.809,10	138.256,50
SUB - TOTAL (1)	46.836.625,80	6.559.482,20	-	- 5.462.771,90	-	1.106.710,30	47.942.336,10
2 - INCORPÓREAS							
Trespasse	257.505,60	-	-	- 257.505,60	-	257.505,60	-
Gastos de Instalação e Expansão	85.516,70	-	-	-	-	-	85.516,70
SUB - TOTAL (2)	343.022,30	-	-	- 257.505,60	-	257.505,60	85.516,70
TOTAL (1 + 2)	47.178.648,10	6.559.482,20	-	- 5.710.277,50	-	1.106.710,30	48.027.852,80

O Chefe Dep. da Contabilidade

Maria de Monte Lima
/ Maria de Monte Lima /

Praia, aos 31 de Março de 1997

O Director Financeiro

Oscar Baptista Moreira
/ Oscar Baptista Moreira /

A Directora Geral

Maria da Luz N. Nobre Leite
/ Maria da Luz N. Nobre Leite /

EMPRESA NACIONAL DE PRODUTOS FARMACÉUTICOS, E M P R O F A C - E. P.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS DO EXERCÍCIO

Código da Conta				Código da Conta			
82.7	<u>Multas e Outras Penalidades Legais</u>			82.1	<u>Sinistros</u>		37.315,70
82.7.1	Multas Fiscais	76.825,00		82.9	<u>Outros Ganhos Extraordinários</u>		
82.7.2	Multas Não Fiscais	864,80	77.689,80	82.9.1	Ganhos Anormais em Existências	35.095,30	
82.8	<u>Outras Perdas Extraordinárias</u>			82.9.4	Mais Valia em Imob. Corp. e Incorpóreas	2.989.398,50	
82.8.1	Perdas Anormais em Existências	3.494.492,10		82.9.6	Diferenças de Câmbio Favoráveis	176.692,50	
82.8.4	Menos Valia em Imob. Corpóreas e Incorp.	1.223.461,30		82.9.9	Ganhos Extraordinários não Especificados	381.078,01	3.582.264,31
82.8.6	Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	2.582.541,07					
82.8.8	Donativos e Quotizações não Obrigatórias	1.385,10					
82.8.9	Perdas Extraordinárias não Especificadas	0,70	7.301.880,27				
	<u>Resultados Extraordinários do Exercício</u>		3.759.990,06				
			3.619.580,01				3.619.580,01

Praia, aos 31 de Março de 1997

O Chefe Dep. da Contabilidade

Maria de Monte Lima
/ Maria de Monte Lima /

O Director Financeiro

Oscar Baptista Moreira
/ Oscar Baptista Moreira /

A Directora-Geral

Maria da Luz N. Nobre Leite
/ Maria da Luz N. Nobre Leite /

EMPRESA NACIONAL DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, E M P R O F A C - E. P.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Código da Conta			Código da Conta		
83.1	Impostos sobre os Lucros	30.417.401,00	83.2	Utilização de Prov. p/ Imposto s/ Lucros	28.467.000,00
83.8	Outras Perdas Imp. a Exerc. Anteriores	112.460,40	83.9	Outros Ganhos Imp. a Exerc. Anteriores	234.402,00
	Resultados de Exercícios Anteriores	-			
		1.828.459,40			
		<u>28.701.402,00</u>			<u>28.701.402,00</u>

Praia, aos 31 de Março de 1997

O Chefe Dep. da Contabilidade

Maria de Monte Lima
/ Maria de Monte Lima /

O Director Financeiro

Oscar Baptista Moreira
/ Oscar Baptista Moreira /

A Directora Geral

Maria da Luz N. Nobre Leite
/ Maria da Luz N. Nobre Leite /

EMPRESA NACIONAL DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, E M P R O F A C - E. P.

MOVIMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES

ANO DE 1996

Contas	Saldo Inicial	Movimento no Exercício			Saldo Final
		Constituição ou Reforço	Utilização	Reposição e Anulação	
28 - Provisões p/ Impostos s/ Lucros	34.648.000,00	16.178.862,00	28.467.000,00	-	22.359.862,00
29.1 - Provisões p/ Cobranças Duvidosas	3.030.893,50	1.122.192,00	2.646.189,90	190.108,20	1.316.787,40
29.2 - Provisões p/ Outros Riscos e Encargos	-	1.170.108,20	-	-	1.170.108,20
39.1 - Provisões p/ Mercadorias	7.162.457,80	5.614.106,70	3.476.564,50	-	9.300.000,00
TOTAL	44.841.351,30	24.085.268,90	34.589.754,40	190.108,20	34.146.757,60

Praia, aos 31 de Março de 1997

O Chefe Dep. da Contabilidade

Maria de Monte Lima
/ Maria de Monte Lima /

O Director Financeiro

Oscar Baptista Moreira
/ Óscar Baptista Moreira /

A Directora-Geral

Maria da Luz N. Nobre Leite
/ Maria da Luz N. Nobre Leite /

EMPRESA NACIONAL DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, E M P R O F A C - E. P.

MOVIMENTO DAS CONTAS DE SITUAÇÃO LÍQUIDA

ANO DE 1996

Contas	Saldo Inicial	Movimento no Exercício		Saldo Final
		A Débito	A Crédito	
51 - Financiamento Básico	5.661.408,70	-	-	5.661.408,70
52 - Capital Social / Estatutário	60.000.000,00	-	-	60.000.000,00
55 - Reservas Legais e Estatutários	56.428.253,50	-	15.860.113,40	72.288.366,90
56 - Reservas Especiais	19.165.749,20	-	-	19.165.749,20
59 - Resultados Transitados	7.786.720,00	-	7.786.720,00	-
88 - Resultados Líquidos	52.867.044,71	69.045.906,71	45.128.830,34	28.949.968,34
TOTAL	186.335.736,11	69.045.906,71	68.775.663,74	186.065.493,14

Praia, 31 de Março de 1997

O Chefe Dep. da Contabilidade

Maria de Monte Lima
/ Maria de Monte Lima /

O Director Financeiro

Oscar Baptista Moreira
/ Óscar Baptista Moreira /

A Directora Geral

Maria da Luz N. Nobre Leite
/ Maria da Luz N. Nobre Leite /

EMPRESA NACIONAL DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, E M P R O F A C - E.P.

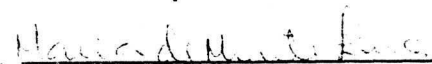
DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS NO EXERCÍCIO

ANO DE 1996

Discriminação	Resultados	
	A Distribuir	Distribuidos
I. Valor para Distribuição		
Resultado Líquido do Exercício Precedente	52.867.044,71	
TOTAL	52.867.044,71	
II. Distribuição		
Reservas Geral		5.286.704,50
Reserva p/ Rem. Cap. Investidos		2.643.352,20
Reserva para Investimentos		2.643.352,20
Reserva para Fins Sociais		5.286.704,50
Resultados Transitados		7.786.720,00
Tesouro		29.220.211,31
TOTAL		52.867.044,71

Praia, 31 de Março de 1997


O Chefe Dep. da Contabilidade


/ Maria de Monte Lima /

O Director Financeiro


/ Oscar Baptista Moreira /

A Directora Geral


/ Maria da Luz N. Nobre Leite /

EMPRESA NACIONAL DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, E M P R O F A C - E . P .

RESULTADOS LÍQUIDOS NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

ANO DE 1996
CONTOS

Determinação	Resultados Líquidos Antes de Impostos	Provisões para Impostos sobre Lucros	Impostos sobre Lucros Liquidados	Resultados Líquidos Após Impostos
	1	2	3	4 = 1 - 2
Do Exercício de 1992	69.129,6	24.200,0	8.573,5	44.929,6
Do Exercício de 1993	52.663,1	18.432,1	22.471,5	34.231,0
Do Exercício de 1994	47.598,6	16.659,5	17.398,0	30.939,1
Do Exercício de 1995	81.334,0	28.467,0	21.666,7	52.867,0
Do Exercício de 1996	45.128,8	16.178,9	30.417,4	28.949,9
TOTAL	295.854,1	103.937,5	100.527,1	191.916,6

Praia, aos 31 de Março de 1997

O Chefe Dep. da Contabilidade

Maria de Monte Lima
/ Maria de Monte Lima /

O Director Financeiro

Oscar Baptista Moreira
/ Óscar Baptista Moreira /

A Directora Geral

Maria da Luz N. Nobre Leite
/ Maria da Luz N. Nobre Leite /

5. Análise económica e financeira

PROPOSTA

Distribuição dos Resultados de 1996

O Exercício Económico de 1996 apresentou um Resultado Líquido depois dos Impostos no valor de 28 949 968\$34 (vinte e oito milhões, novecentos e quarenta e nove mil, novecentos e sessenta e oito escudos e trinta e quatro centavos).

Assim propomos a Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado das Finanças, a seguinte distribuição dos resultados de 1996:

- Reserva geral - 10%	2 894 996\$80
- Reserva p/rem. cap. investidos - 10%	2 894 996\$80
- Reserva para Investimentos - 10%	2 894 996\$80
- Reserva para fins sociais - 10%	2 894 996\$80
- Tesouro - 60%	17 369 981\$14
	28 949 968\$34

Praia, 15 de Maio de 1997. — A Directora-Geral, *Maria da Luz Neves Nobre Leite*.

PRICE WATERHOUSE

Ao Conselho de Direcção da

Empresa Nacional de Produtos Farmacêuticos,

EP (EMPROFAC)

Cidade da Praia

República de Cabo Verde

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Empresa Nacional de Produtos Farmacêuticos, EP, (EMPROFAC) expressas em milhares de Escudos Caboverdianos (mECV), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 1996, a Demonstração dos re-

sultados líquidos e o Mapa de origem e aplicação de fundos referentes ao exercício então findo e as respectivas Notas explicativas. As demonstrações financeiras são da responsabilidade da Direcção da Empresa. A nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, baseada no nosso exame.

2. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Essas normas exigem que o exame seja planeado e executado de forma a se obter um grau de segurança aceitável quanto à inexistência de distorções materialmente relevantes. Um exame de auditoria inclui (i) a verificação, por amostragem, do suporte dos valores e informações constantes das demonstrações financeiras, (ii) a apreciação da razoabilidade dos princípios contabilísticos adoptados e das estimativas significativas feitas pela Direcção no âmbito da preparação das demonstrações financeiras e (iii) a avaliação da razoabilidade da apresentação global das mesmas. Entendemos que o exame que realizámos proporciona uma base razoável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras identificadas no ponto 1. acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os seus aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Empresa Nacional de Produtos Farmacêuticos, EP — EMPROFAC em 31 de Dezembro de 1996, bem como o resultado líquido e a origem e aplicação de fundos do exercício então findo, de acordo com os princípios contabilísticos e critérios valorimétricos previstos no Plano Nacional de Contas Caboverdiano, os mais importantes dos quais se encontram resumidos na Nota 2 do Anexo

4. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo 3º acima, cumprenos salientar que, na sequência do programa de reestruturação do Sector Empresarial do Estado anunciado pelo Governo em 1993, foram privatizados, no decurso de 1996, a última farmácia e os três postos de venda propriedade da EMPROFAC. O impacto dessas privatizações nas condições de rentabilidade e autonomia económico-financeira da Empresa, bem como o eventual efeito no processo de reestruturação e de redimensionamento pelo qual a Empresa terá que passar, não se encontram ainda integralmente avaliados.

PRICE WATERHOUSE.

Praia, 20 de Maio de 1997.

ENACOL - Empresa Nacional de Combustíveis, E. P.

ENACOL - E. P.

VISTO

BALANÇO ANALÍTICO

EM 31/12/95

O DIRECTOR GERAL

Mário Aleerto Rodrigues

MÁRIO ALEERTO RODRIGUES

CODIGO DA CONTA	ACTIVO	ACTIVO BRUTO	PROVISÕES AMORTIZAÇÕES REINTEGRAÇÕES	ACTIVO LIQUIDO	CODIGO DA CONTA	PASSIVO	PASSIVO E SITUAÇÃO LIQUIDA
11	Disponibilidades:				211	Débitos a Curto Prazo:	
12	Caixa	1,020,914.00		1,020,914.00	22	Clientes c/c	811,276.10
14	Depósitos à Ordem	327,039,801.10		327,039,801.10	227	Fornecedores c/ gerais	27,895,392.40
	Depósito a Prazo	100,000,030.00		100,000,030.00	237	Emprést. Estado e Out. Entid. Públicas	15,675,615.00
					24	Sector Público Estatal	101,752,496.60
		426,059,745.10		426,059,745.10	251	Socios e Associadas c/ Subscricão	60,903,000.00
211+215	Créditos a Curto Prazo:				256	Estado e out. Entid. Públicas c/result.	1,700,334.40
221	Clientes c/ gerais	375,350,151.60	92,718,865.60	282,631,286.00	263 e 269	Outros Creadores C/ Gerais	102,577,228.40
23	Fornecedores c/c	942,490.60		942,490.60			
24	Empréstimos Concedidos	6,010,621.30		6,010,621.30		Total do Passivo	331,312,262.90
25	Sector Público Estatal	85,136,732.90		85,136,732.90			
	Outros Devedores	114,955,962.70	9,332,094.90	105,623,867.80			
		585,405,959.10	102,050,960.50	483,354,998.60			
32	Existências:					SITUAÇÃO LIQUIDA	
36	Mercadorias	179,914,419.70	25,766,692.00	154,147,727.70	52	Capital e Prestações Suplementares:	
37	Matérias Primas Sub. e de Consumo	80,370,931.50		80,370,931.50		Capital Estatutário	433,511,815.00
	Embalagens Comerciais Retornáveis	22,293,448.70		22,293,448.70			
		302,578,799.90	25,766,692.00	276,812,107.90	551	Reservas:	
21	Créditos a Médio e Longo Prazo:				552	Reserva Geral	6,909,619.20
23	Clientes c/ gerais	143,331,862.70		143,331,862.70	553	Reserva para Investimentos	38,000,000.00
	Empréstimos Concedidos	11,689,171.80		11,689,171.80	59	Reserva para Fins Sociais	14,084,042.80
		155,021,034.50		155,021,034.50	59	Reservas Livres	1,109,808,860.20
411	Imobilizações Financeiras:				59		1,167,793,520.20
	Participação Capital e Associadas	95,400,000.00		95,400,000.00	59		
421	Imobilizações Corporais:				59	Resultados Líquidos:	
422	Terrenos e Recursos Naturais	4,797,976.00		4,797,976.00		Resultados correntes do exercicio	115,511,252.70
423	Edifícios e Outras Construções	199,549,702.50	58,429,875.80	141,119,826.70		Resultados extraordinarios do exerc.	(120,559,435.90)
424	Equip. Básicos out. Mobil. e Instal.	617,846,437.00	403,501,560.70	214,344,876.30		Resultados de exercicios anteriores	(15,756,736.70)
425	Ferramentas e Utensílios	1,730,524.90	1,576,334.70	154,190.20		Resultados	(20,303,909.90)
426	Material de Carga e Transporte	125,179,245.00	66,267,166.70	58,912,078.30			
427	Equip. Adm. Soc. e Mobil. Diversos	47,036,308.70	37,800,480.40	9,235,828.30		Total da Situação Líquida	1,561,021,425.30
428	Ferros e vasilhames	130,479,645.90	147,963,467.50	16,483,821.60			
429	Outras Imobilizações Corporais	1,132,893.00	1,058,068.90	74,824.10			
		11,176,051,726.00	740,606,944.70	10,435,444,781.30			
433	Imobilizações Incorporais:						
	Gastos de Instalação e Expansão	12,426,330.70	12,426,330.70	0.00			
441 e 447	Imobilizações em Curso:						
	Obras em Curso	23,704,221.50		23,704,221.50			
472	Custos Antecipados:						
	Despesas Antecipadas	11,747,561.90		11,747,561.90			
	Outros Custos Pluri-annos	769,257.10		769,257.10			
		12,516,819.00		12,516,819.00			
	Total das Provisões		127,817,652.50				
	Total das Amortiz. e Reintegrações		750,633,275.40				
	TOTAL DO ACTIVO	12,793,164,616.10	1,880,650,927.90	11,912,513,688.20		TOTAL DO PASSIVO E DA SIT. LIQUIDA	1,912,513,453.20

A DIRECTORA FINANCEIRA

Alice Silva Monteiro

ALICE SILVA MONTEIRO

A CHEFE DOS SERVIÇOS DE CONTABILIDADE

Luísa Chantre

LUÍSA CHANTRE

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS

Em 31/12/95

VISTO
O DIRECTOR GERAL

Mário Alberto Rodrigues
/MÁRIO ALBERTO RODRIGUES/

Código Conta				Código Conta		Deduções em Vendas		
Existências iniciais:				71	Vendas:			
32 Mercadorias		279,456,497.90		711	Mercadorias	1,100,796,401.20	30,253,337.80	1,070,539,063.40
36 Matérias primas sub. e de consumo		52,317,093.60						
37 Embalagens Comerciais Retornáveis		12,402,501.80						
51 Compras:		344,176,093.30		72	Prestação de Serviços	82,399,591.80		82,399,591.80
611 Mercadorias	587,805,570.90	587,805,570.90		73	Trabalhos para a Própria Empresa			1,152,937,655.20
612 Matérias Primas Sub. e de Consumo	38,374,265.50	38,374,265.50		74	Subsídios Destinados à Exploração	59,276,547.60		2,052,155.90
613 Embalagens Comerciais Retornáveis	17,678,084.80	17,678,084.80		75	Receitas Suplementares	1,756,450.80		61,032,937.80
36 Regularizações Existenciais	643,857,921.20	643,857,921.20		77	Receitas de Aplicações Financeiras		1,984,109.60	1,984,109.60
392 Mercadorias		(12,985,341.90)			(B)			1,216,006,916.50
396 Matérias Primas		(101,793.40)						
Existências finais:		(13,087,135.30)						
32 Mercadorias		(199,914,419.76)						
36 Matérias Primas Sub. e de Consumo		(90,370,931.50)						
37 Embalagens Comerciais Retornáveis		(22,293,446.70)						
Custo das Existen. Vendidas e Cons.		(302,578,739.93)						
611 Mercadorias	654,362,307.20							
612 Matérias Primas Sub. e de Consumo	10,218,634.20							
613 Embalagens Comerciais Retornáveis	7,767,137.90							
		572,368,079.30						
63 Fornecimentos e Serviços de Terc.	197,571,980.70							
641 Impostos Indirectos	24,632,612.30	212,204,593.00	684,572,672.30					
642 Impostos Directos	514,141.00							
65 Despesas com o Pessoal	131,171,585.10							
66 Despesas Financeiras	1,894,123.00							
67 Outras Despesas e Encargos	3,104,265.40							
		136,774,114.50						
68 Aortiz. e Reint. do Exercício	81,148,869.00							
69 Provisões do Exercício	0.00	81,148,869.00	217,922,983.50					
(A)			1,102,495,655.80					
82 Perdas Extraordinarias do Exerc.		133,115,036.60		82	Ganhos Extraordinarios do Exercício		13,056,600.70	
83 Perdas de Exercícios Anteriores		25,669,108.00		83	Ganhos Exercícios Anteriores		10,912,371.30	23,969,972.00
Resultados Líquidos			139,784,144.60					
			(20,302,909.90)					
			1,241,975,890.50					1,241,975,890.50

RESULTADOS CORRENTES DO EXERCÍCIO (2)-(A) = 115,511,292.70

A DIRECTORA FINANCEIRA

Alice Silva Monteiro
/ALICE SILVA MONTEIRO/

A CHEFE DOS SERVIÇOS DE CONTABILIDADE

Luísa Chantre
/LUIISA CHANTRE/

ANEXO AO BALANÇO E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Em 31 de Dezembro de 1995

1. Valores globais dos débitos e créditos que representam relações com o estrangeiro:

Débitos	78 679 contos
Créditos	12 269 contos

2. Valores globais das compas e vendas feitas directamente ao estrangeiros:

2.1 Compras

Para Existências	617 362 contos
Portugal USD	15 500 000
Espanha USD	12 438 941
França USD	3 687 000
Inglaterra USD	2 161 490
Holanda USD	1 050 000
Trinidad USD	1 050 000
Noruega USD	390 000

2.2 Vendas

Bancas Internacionais	33 470 contos
- USD	416 690,26
Aviação	164 689 contos
- USD	2 048 774,69

3. Não aplicável.

4. Critérios valorimétricos das Existências.

Anualmente as existências são determinadas com base em inventariações físicas efectuadas a data de 31 de Dezembro.

Os critérios valorimétricos foram uniformizados:

As Matérias Primas e Subsidiárias e de Consumo durante o ano de 1995 sofreram alteração de custeio para médio ponderado.

Mercadorias - Custo de aquisição de acordo com o método de custo médio ponderado.

Embalagens Comerciais Retornáveis - Valorizados ao custo de aquisição deduzido, mensalmente, da taxa de utilização.

5. Os restantes elementos patrimoniais são valorizados ao preço de aquisição ou pela despesa efectiva, incluindo nestas o valor da factura e ainda todos os gastos adicionais necessários a sua entrada em funcionamento.

As transacções expressas em moeda estrangeira são convertidas para escudos caboverdianos à taxa de câmbio em vigor na data em que as mesmas se realizarem.

No final do ano os saldos devedores e credores expressos em moeda estrangeira foram actualizados ao câmbio oficial vigente em 31 de Dezembro, e as diferenças de câmbio apuradas foram contabilizadas na rubrica Resultados Extraordinários do Exercício.

6. Valores considerados na conta Créditos de Cobrança Duvidosa:

Clientes	31 923 contos
Agentes	6 026 contos
	37 949 contos

7. Créditos sobre o pessoal:

Curto prazo	5 194 contos
Medio/Longo prazo	11 689 contos

8. Número médio de empregados durante o ano de 1995:

211 Elementos

9. Desdobramento das despesas com o pessoal (em contos):

Remunerações dos corpos gerentes... ..	2 500
Ordenados e salários	76 099
Remunerações adicionais	32 807
Encargos sobre remunerações	17 269
despesas diversas com o pessoal	2.497
	131 172

10. Valores globais das existências que se encontram fora da Empresa:

Em Trânsito	8 165 contos
A guarda de terceiros... ..	35 789 contos

11. Para as Amortizações e Reintegrações do exercício utiliza-se o método das quotas constantes para o Imobilizado corpóreo (vinte Portaria nº 03/84).

12. O aumento de capital resultou do financiamento da Cooperação Alemã, referentes aos pagamentos efectuados pelo Banco Alemão - KFW durante o ano de 1995 (não reembolsável).

13. Com a criação da ENACOL, como Empresa Pública a participação do Estado foi a 100%.

14. Não aplicável.

15. Responsabilidades e compromissos financeiros:

Em 31 de Dezembro de 1995, encontravam-se em aberto créditos documentários com caução a 100% junto do Banco Comercial do Atlântico, no montante de 33 941 contos, para fazer face a compromissos assumidos com os fornecedores.

16. Desagregação das vendas em bens e serviços:

Vendas de mercadorias	1 070 538 contos
Prestação de serviços	82 400 contos
	1 152 938 contos